

No Brasil, o contexto da pesquisa clínica vem se desenvolvendo expressivamente nos últimos anos e a capacidade técnica e científica instalada resultaram numa demanda acelerada para a execução de protocolos de pesquisa. Tradicionalmente, estes protocolos são elaborados por grandes indústrias farmacêuticas, com sedes no exterior e objetivam primordialmente atender aos requisitos e interesses comerciais destas grandes corporações.

Por outro lado, o Sistema Único de Saúde (SUS), dentro dos princípios de universalidade, equidade e integralidade apresenta uma série de desafios a serem enfrentados e que estão definidos na Agenda de Prioridades de Pesquisa do SUS. Estes, vão desde a abordagem de doenças negligenciadas, como tuberculose, dengue, malária, hanseníase, entre outras, até a obtenção de subsídios científicos para a tomada de decisões quanto à incorporação de novas tecnologias, um processo contínuo e rápido, gerado pelo conjunto do complexo industrial da saúde.

Assim, em 2005, numa iniciativa conjunta do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Saúde, através do Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT), foi lançada uma chamada pública, coordenada pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para financiamento de unidades de pesquisa clínica a serem implantadas ou consolidadas em hospitais de ensino. Todos os centros seccionados através deste Edital foram financeiramente apoiados e constituíram o arcabouço inicial da Rede Nacional de Pesquisa Clínica (RNPC).

Hoje, são trinta e duas instituições, distribuídas em todas as regiões do país, articuladas e coordenadas pela Unidade de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A portaria 794, de 13 de abril de 2011, instituiu oficialmente a Rede Nacional de Pesquisa Clínica (RNPC) em Hospitais de Ensino.

A RNPC foi idealizada com o objetivo de promover a integração dos centros de pesquisa clínica, proporcionar maior intercâmbio entre pesquisadores e incrementar a produção científica e tecnológica no país, reunindo esforços em ações prioritárias para o sistema público de saúde.

Em concomitância com a estruturação física, a maioria dos centros iniciou o processo de capacitação internamente e em rede, com a realização de cursos e seminários relacionados a treinamento em pesquisa clínica, boas práticas para realização de pesquisas e ética em pesquisa envolvendo seres humanos.

Além disso, com o fortalecimento das instituições participantes, estabeleceu-se um sólido suporte técnico-científico para que a indústria nacional possa desenvolver-se e produzir soluções inovadoras, lastreadas por pesquisas clínicas realizadas em padrões internacionais de qualidade, capazes de reconhecimento internacional e aprovação por agências regulatórias de outros mercados. Esta *expertise* é fundamental para a avaliação criteriosa de fármacos, vacinas, cosméticos, kits diagnósticos, implantes e toda uma gama de produtos diretamente ligados à saúde humana, que são objeto de controle por parte das agências regulatórias.

Diversos projetos multicêntricos têm sido desenvolvidos, atendendo às demandas do DECIT e envolvendo as várias instituições da RNPC, de acordo com suas características e vocações específicas.

Para fortalecer ainda mais a iniciativa de estimular a pesquisa clínica no país, o Decit lançou, em dezembro de 2010, o Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (Rebec), uma plataforma virtual de informações sobre os estudos em desenvolvimento no Brasil, nos demais países da América Latina e no Caribe. O sistema foi criado em colaboração com a Fiocruz, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e sua Biblioteca Virtual de Saúde, a BVS, antiga Biblioteca Regional de Medicina (Bireme). O acesso é livre e os pesquisadores brasileiros e estrangeiros podem registrar gratuitamente os dados dos ensaios clínicos realizados com humanos. O Rebec é um requisito obrigatório em outros países, que finalmente chega ao Brasil.



**Prof. Dr. Beni Olej**

Coordenador da Unidade de Pesquisa Clínica, Universidade Federal Fluminense